

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESP Class.: 41 R00008
 Data 14/05/72 Pg.: _____

Estado
Estatuto dos Índios
podará sair êste ano

14-7-72

Da Sucursal do
RIO

O Estatuto dos Índios, que poderá ser sancionado ainda este ano pelo presidente da Republica, regulamentará a situação jurídica do índio, que é atualmente considerado, em termos legais, como se fosse menor de idade, tutelado pela União.

Esta informação foi dada ontem no Rio pelo relator do anteprojeto do Estatuto dos Índios, deputado Celso Borja (Arena da Guanabara) que baseia sua previsão na seguinte tramitação daquele documento, entregue ao Congresso pelo presidente Médici: em princípios de maio já estará em condições de entregar seu parecer para ser votado em plenário; depois, o anteprojeto será examinado pela Comissão de Justiça do Senado, votado, e após receber as emendas, poderá ser entregue até agosto ao governo.

RAZÕES DA DEMORA

Disse Celio Borja que o gover-

no federal não precisa de um Estatuto dos Índios para proteger as tribos contra a invasão de empresas privadas, pois a Constituição lhes garante o direito de usufruir as terras que lhes pertencem, de acordo com a demarcação feita pela União.

Informou que o Estatuto, de autoria do jurista Temístocles Cavalcanti, foi entregue ao Congresso em outubro de 1970 e a Câmara não tinha qualquer objeção ao fazer o documento. Entretanto, officiosamente, o presidente da Funai, general Bandeira de Mello, manifestou desejo de dar sua contribuição aos trabalhos do relator, antes que esse concluisse seu parecer. Em julho de 71 a Câmara enviou o documento, através do Ministerio do Interior, ao presidente da Funai, cuja resposta só chegou há dias.

O Deputado Celio Borja disse que ignora por que o general ficou cinco meses com o documento, pois ainda não falou pessoalmente com ele. O relator vai aproveitar as férias do Congresso

para redigir seu parecer, conversando antes com o autor do projeto.

"Não sei", disse, "quais as objeções levantadas pelo general Bandeira de Mello, pois o documento ainda se encontra em Brasília, mas estou certo de que não modificarão estruturalmente o projeto". Acentuou que o Estatuto foi encomendado a Temístocles Cavalcanti pelo proprio governo, que tem interesse no rapido estudo do projeto.

OS CONFLITOS SEM RAZAO

Explicou Celio Borja que o governo às vezes não protege os índios contra a invasão de suas terras, usando do amparo legal, porque eventualmente há um conflito entre o governo estadual e a União. Quem demarca as terras é o governo federal e muitas vezes, devido a pressões políticas ou econômicas, o governo estadual invade essas terras, pretendo desconhecer a situação. Acha o Deputado que há casos em que a solução deve ser da alçada do Poder Judiciario.